

Em defesa dos professores e de todos
os outros trabalhadores da
Administração Pública

Em defesa dos trabalhadores do
sector privado

Pelo reatar com o Portugal de Abril
Rejeição do PEC

I - Considerando que o novo Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), imposto pela União Europeia para salvar os especuladores e o capital financeiro, visa:

1) Reduzir drasticamente os encargos sociais do Estado, através do congelamento dos salários e das pensões de reforma, da degradação das condições de aposentação, da redução das receitas destinadas às prestações sociais dos sectores da população mais desfavorecidos e, ainda, o corte de mais 50 mil postos de trabalho nos serviços públicos (a juntar aos 70 mil da anterior legislatura);

2) Aumentar os impostos sobre a população trabalhadora, utilizando múltiplos artifícios;

3) Reduzir o investimento público;

4. Alienar o que resta das posições do Estado em empresas públicas estratégicas, quer pela fonte de receita que estas constituem, quer pelo papel estruturante na organização e retoma da economia nacional.

II - Considerando que, a ser concretizado este Programa, o desemprego e a precariedade não poderiam senão aumentar, correriam o risco de desarticulação e desmembramento as funções a que o Estado português está obrigado (de acordo com as conquistas de Abril consignadas na Constituição da República).

III – Considerando que, a concretização deste PEC – na continuação dos anteriores – não levará senão a que a economia portuguesa fique ainda mais exangue e vulnerável, perante o capital financeiro e os grandes grupos económicos.

Os delegados reunidos no X Congresso da FENPROF, determinados em continuar a lutar pela defesa de um ECD que dignifique a função docente e a Escola Pública, pela defesa de recursos materiais e humanos para esta mesma Escola democrática, inclusiva e humanista:

1) Estão com as posições da CGTP e de todas as organizações de trabalhadores – independentemente do leque partidário a que estas pertençam, mas que estejam de acordo em lutar pela rejeição do PEC;

2) Dispõem-se a participar em todas as iniciativas que forem desenvolvidas com as suas organizações sindicais para que seja reaberto um caminho que permita reatar com as conquistas do 25 de Abril e recolocar a economia portuguesa ao serviço da sua população trabalhadora.

***Aprovada por maioria,
com 335 votos a favor, 22 contra
e 184 abstenções***